



INTER REFORMADOS UMA FORÇA QUE CONTA

CGTP
Intersindical Nacional

N.º 6 | Set. 2013

...QUANDO O POVO ACORDA É SEMPRE CEDO...

É tempo de retomar a luta por pensões de reforma justas e pelo direito a envelhecer com dignidade, exigindo respeito pelos nossos direitos, conquistados ao longo das nossas vidas de trabalho.



Somos mais velhos, aposentados, reformados e pensionistas, temos a experiência de vida e a lucidez de espírito que nos permitem avaliar a realidade em que vivemos. Têm surgido avanços em áreas da medicina que combatem as doenças associadas ao envelhecimento e permitem aumentar a esperança de vida com qualidade. Com as políticas prosseguidas e as medidas anunciadas, que põem em causa as pensões e as funções sociais do estado, essas expectativas estão seriamente comprometidas.

Este governo rouba reformados, aposentados, pensionistas e trabalhadores e sentimo-lo enquanto vítimas das suas políticas de direita, com ataques constantes a direitos fundamentais como pensões de reforma, saúde, habitação, com cortes e mais cortes.

O atual governo PSD/CDS alimenta os interesses do capital com contratos, avenças, negócios rentáveis à custa dos nossos impostos, de cortes nas pensões, empobrecendo-nos mais em cada dia que continua a “desgovernar”, a pretexto dos “custos da dívida, da crise e do “memorando de entendimento com a troika”.

Vem aí mais um Orçamento de Estado para o ano de 2014 e mais uma “avaliação da troika”. As vítimas já estão anunciadas e as medidas previstas, também apresentadas aos sindicatos que as repudiaram vivamente. Pela nossa parte consideramo-las inaceitáveis e até revoltantes! É nosso dever, enquanto organização de reformados, denunciar o conteúdo dessas propostas:

AUMENTAR A IDADE DA REFORMA NOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO, CORTE DE 10% NAS PENSÕES DOS ACTUAIS APOSENTADOS DA CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES E CORTES DE 20% AOS FUTUROS APOSENTADOS.

O GOVERNO PRETENDE ALTERAR A LEI DE BASES DA SEGURANÇA SOCIAL EM DOIS PONTOS:

1 Que a pensão de velhice, actualmente atribuída ao 65 anos de idade, passe a ser ajustada de acordo com a evolução dos índices da esperança média de vida (artº.63º).

2 Que seja alterado o ano de referência da esperança média de vida, alterando o “factor de sustentabilidade” e o cálculo do valor das pensões (artº.64º). Podemos concluir que, a serem aprovadas estas medidas, em 2014, a idade da reforma passaria para os 66 anos de idade e a “penalização” por vivermos mais anos aumentaria extraordinariamente, passando o factor de sustentabilidade dos actuais 4,8% para 9,8% nas pensões.

O GOVERNO PRETENDE FAZER UM CORTE DE 10% NAS PENSÕES ACTUAIS DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA FUNÇÃO PÚBLICA:

Cortes de 10% em todas as pensões acima de 600 € e nas de sobrevivência, acima dos 419,22€.

Todas estas propostas visam reduzir o valor das nossas pensões e desrespeitar o contrato com o Estado que liga o montante das contribuições pagas ao longo da nossa vida de trabalho ao valor das prestações a receber.

Temos de lutar contra as medidas que afrontam a nossa dignidade e degradam as nossas condições de vida.

Continuaremos a lutar pela demissão deste governo, mostrando-lhe desde já um cartão vermelho nas próximas eleições autárquicas a 29 de Setembro.

A LUTA CONTINUA E É DE TODOS!



7ª CONFERÊNCIA NACIONAL DA INTER-REFORMADOS /CGTP-IN

A Inter-Reformados CGTP-IN realizou em 18 de janeiro do corrente ano, a sua 7ª Conferência

CARTA REIVINDICATIVA

Nos próximos quatro anos a INTER-REFORMADOS/CGTP-IN dará prioridade à luta por pensões dignas e em defesa das Funções Sociais do Estado, que assumem um papel insubstituível na garantia de direitos fundamentais para os trabalhadores quando passam à situação de reformados. Norteará a sua política reivindicativa, em torno de eixos de actuação, dos quais destacamos:

- Em defesa do Sistema Público de Segurança Social, Universal e Solidária
- Pelo direito à reforma, melhoria das pensões e das prestações sociais
- Adoção das medidas para garantir a sustentabilidade financeira da segurança social
- Alargamento da rede pública de equipamentos e serviços sociais de qualidade e acessíveis
- Defesa do Serviço Nacional de Saúde e efetivação do direito à saúde
- Garantia de uma habitação condigna
- Melhoria da mobilidade dos reformados e idosos

Foi pela luta que garantimos os direitos dos trabalhadores e as Funções Sociais do Estado consagradas na Constituição. Será na continuidade da luta e em unidade da ação do Movimento Sindical Unitário, fazendo a oposição necessária às medidas que nos estão a ser impostas pelo governo do PSD/CDS-PP, que se potenciará o novo rumo para a política nacional e a promoção dos direitos.

GOVERNO QUER PRIVATIZAR OS CTT



Os CTT deram cerca de 400 milhões de lucro nos últimos 6 anos. Com a privatização, esses lucros passam do Estado para os privados. Perde o país, perde a população, perdem os trabalhadores e, muito especialmente, os reformados. Perdem os reformados em geral porque deixam de dispor de um serviço público de proximidade, que lhes assegura o recebimento das suas pensões. Perdem os aposentados dos Correios porque a privatização põe em causa o futuro do Instituto das Obras Sociais (IOS). Contra este processo destruidor de direitos, prosseguimos a nossa luta:

- A 18 de Julho, a Comissão de Aposentados do SNTCT, realizou uma concentração junto ao Ministério da Segurança Social contra as políticas que ameaçam destruir os direitos dos trabalhadores.
- A 20 de Agosto, no Largo Camões, o SNTCT realizou uma concentração contra a privatização dos CTT.
- Está agendado, com início a 10 de Setembro, um mês de luta a nível nacional em defesa da manutenção da empresa no sector empresarial do estado e dos direitos dos seus trabalhadores e aposentados.



SOBRE A

FERPA

ORGANIZAÇÃO EUROPEIA DE REFORMADOS

A FERPA (Federação Europeia de Reformados e Idosos) é uma organização que agrega cerca de dez milhões de filiados e tem a sua sede em Bruxelas.

É hoje a organização europeia mais representativa dos reformados, aposentados e pensionistas. Coordena a sua política com a Confederação Europeia de Sindicatos, à qual aderiu em 1993. A FERPA tenta influenciar a legislação e as políticas da U.E. através da ação junto de diversas instituições. Reivindica ser consultada na tomada de decisões que tocam as suas condições de vida. Devem as organizações filiadas desenvolver a sua ação junto dos governos nacionais sobre questões relacionadas com os interesses dos reformados e idosos. A FERPA defende que, só em conjunto, jovens, trabalhadores, idosos e reformados podem lutar "por uma sociedade mais justa e solidária, por uma Europa mais consciente da cidadania e mais democrática". A Inter-reformados, é filiada na FERPA há vários anos.

Na reunião da FERPA, que decorreu nos dias 25 e 26 de fevereiro, em Bruxelas, a Inter-reformados esteve representada por Maria Isabel Lemos, professora aposentada, eleita em 18 de janeiro para a Direção Nacional da Inter-reformados.

No seio da FERPA existe ainda um "Grupo das Mulheres" que debate os problemas específicos das mulheres reformadas.

Nos dias 27 e 28 de Junho, realizou-se a "Assembleia de meio de mandato" em Atenas, com o objetivo de fazer o balanço destes dois últimos anos de atividade. Para lá de se discutir e aprovar uma declaração política em que, partindo da caracterização sócio-económica da Europa a 28, se estabelecem prioridades e reivindicações referentes à dignidade da vida dos reformados e idosos, também se ultimaram as estratégias práticas referentes à ICE (Iniciativa Europeia de Cidadãos) sobre o acesso aos cuidados prolongados de qualidade e a uma proteção social adequada ao longo de toda a vida.

A LUTA DOS REFORMADOS FERROVIÁRIOS

NA DEFESA DAS SUAS CONCESSÕES

O governo PSD/CDS-PP apressa-se a destruir direitos seculares, por via legislativa, que foram adquiridos e consolidados através da luta ao longo de décadas. As medidas contidas no famigerado Art.º 144 do OE/2013, que retiram o direito a viagens gratuitas aos trabalhadores ferroviários, aos seus familiares e aos reformados, atingem também, e gravemente, o sentimento de identificação dos ferroviários para com uma instituição de serviço público a que sempre se orgulharam de pertencer.

A maioria dos ex-trabalhadores têm garantidas as concessões nos acordos de revogação de contratos de trabalho que fizeram, por mútuo acordo, com a entidade patronal. As concessões, ou seja, o direito a utilizarem os transportes públicos da empresa, são contrapartidas contratualmente fixadas para estes trabalhadores desde os primórdios dos transportes públicos em Portugal. Sempre foram respeitadas, mesmo durante o regime de ditadura. Foram criadas para compensar os trabalhadores e os seus agregados, pela perturbação e instabilidade provocada na sua vida familiar, pelos regimes de trabalho a que são sujeitos. São também uma medida para compensar os baixos salários praticados no setor dos transportes e, no caso concreto dos ferroviários, já existem desde 1911.

Acresce que estas concessões em nada agravam os custos operacionais da empresa. A sua retirada, para além de penalizar economicamente os trabalhadores e suas famílias, é um exercício de violência psicológica sobre os trabalhadores reformados, afetando drasticamente a sua mobilidade, numa fase da sua vida em que esta é um bem inestimável. Toda esta ofensiva tem um objetivo bem definido e indisfarçável: a preparação das empresas do sector ferroviário para processos de privatização. O governo quer destruir todos os direitos contratuais e reduzir as remunerações, de modo tornar as empresas mais “apetecíveis” aos interesses privados que as vão disputar. Os trabalhadores não se submeterão à imposição de medidas que levem ao pré-25 de Abril. Não se submeterão ao medo que os gover-

nantes impõem aos trabalhadores, jovens e reformados, ao dizer que é inevitável cumprirmos com medidas que apenas conduzem ao empobrecimento, à destruição das empresas, ao desemprego e a um acentuado retrocesso social.

A luta da Comissão Central dos Reformados Ferroviários estrutura da Inter-Reformados e do Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário, da CGTP-IN não parou nem vai parar. Desde a grandiosa Concentração/Manifestação de 17 de Janeiro em Lisboa, passando pelos cortes de linha férrea no Barreiro, Pinhal Novo, Entroncamento, Coimbra e Porto, até à barra dos Tribunais de Almada e Lisboa onde já deram entrada os processos de acção administrativa especial de impugnação do famigerado art.º 144 da lei nº. 66-B/12 de 31 de Dezembro que aprovou o Orçamento Geral do Estado para 2013. Sempre que os nossos direitos estejam em causa, só nos resta um caminho: continuar a lutar por uma política alternativa, que tenha como prioridade os reais interesses do País, dos trabalhadores e dos reformados. Aquilo que hoje temos, foi longa e duramente conquistado. Por isso, não podemos deixar que nos ROUBEM!



PLENÁRIO DE APOSENTADOS

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM FUNÇÕES PÚBLICAS E SOCIAIS DO SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

O agravamento do quadro político, económico e social no nosso país, incide gravemente sobre os trabalhadores da administração pública e muito especialmente sobre os seus aposentados. Tal situação exige um redobrar de esforços na denúncia e no combate ao memorando da troika, à tentativa de perpetuação da política de direita.



É preciso que continuemos a unir esforços na exigência da mudança de Governo e de política, da dissolução da Assembleia da República e na convocação de eleições. É neste quadro que a **Comissão de Aposentados e Pensionistas do STFPSSRA**, convoca uma reunião plenária, a realizar no dia **16 de Outubro de 2013**, pelas **15:00 horas**, na **Sede do Sindicato Rua Luís Bívar, 12 - em Lisboa**. Tem como objetivos essenciais, a apresentação, discussão e votação de uma Carta Reivindicativa e ainda proceder à eleição de uma nova Comissão de Aposentados para o próximo quadriénio (2014/2017).

À nova Comissão caberá contribuir ativamente para, em conjunto com o nosso Sindicato, a Frente Comum e o Movimento Sindical Unitário, travar os ataques que este Governo tem desencadeado contra os direitos dos trabalhadores aposentados da administração pública, que ao longo de uma longa vida de trabalho e de descontos, contribuíram em muito para a edificação das Funções Sociais do Estado, que agora querem destruir. Face ao grave momento político que vivemos, apela-se a todos os aposentados e pensionistas para que participem ativamente neste plenário, por forma a reforçarmos a nossa organização sindical dos aposentados do STFPSSRA.



SEGURANÇA SOCIAL

ESTE GOVERNO NÃO RESPEITA NADA

“NEM OS MAIS VELHOS” – TEM DE SER DEMITIDO!

No sistema previdencial da Segurança Social, os trabalhadores contribuem direta e indiretamente com 34,75% da sua remuneração mensal, e para ter uma pensão por velhice têm de contribuir, no mínimo, 15 anos. E desde 1 de Janeiro de 1994, em cada ano civil, têm de ter registados, no mínimo, 120 dias de remuneração.

Ao Estado compete administrar o sistema onde se incluem as contribuições dos trabalhadores, ou seja, há uma relação de obrigação contraída entre as duas partes, em que cada uma condiciona a sua prestação à contraprestação da outra. Se os trabalhadores não contribuírem e não cumprirem determinadas regras, não terão direito às prestações do sistema previdencial. Há um contrato de confiança, que não pode estar permanentemente a ser alterado unilateralmente pelo poder legislativo. A Constituição da República, refere ainda que a gestão e a coordenação da Segurança Social deve ser de acordo com a participação das associações sindicais, o que não se cumpre há anos, porque os Governos não querem.

É de todo inaceitável, que as legítimas expectativas e os direitos formados ao longo de anos pelos contribuintes/beneficiários se alterem de forma unilateral. Hoje é uma coisa amanhã é outra, os Governos não têm respeito, nem sequer pelo período da formação

da pensão. As pensões de reforma têm sofrido uma quebra acentuada do seu poder de compra, cabendo uma parte da responsabilidade aos brutais impostos. Mesmo os pensionistas que não pagaram ou pagam muito pouco IRS, estão a ser notificados para pagar e nestes casos, por vezes, nem um mês de pensão chega para cumprir com essas obrigações.

As pensões do Regime Geral na sua generalidade, já não são aumentadas desde 2010, e outras desde 2007. Os bens e serviços aumentaram, como as rendas de casa, o IMI, transportes, gás, eletricidade, água e saúde e vem o Ministro do CDS-PP Mota Soares, muito feliz, informar o País que aumentou, mas só os “pobrezinhos”, em 20 cêntimos por dia. O Fator de Sustentabilidade para quem se reformou a partir de 2008, é mais um elemento para reduzir a pensão a que tinha direito. Por exemplo, para numa pensão estatutária de 900€ mensais atribuída em 2013, o pensionista em 14 meses vai receber anualmente

menos 616€ do que deveria receber. A CGTP-IN, nunca esteve de acordo com o Fator de Sustentabilidade porque, objetivamente, só serve para reduzir o valor das pensões a que os trabalhadores tinham direito em resultado da sua carreira contributiva.

O Governo PSD/CDS, a União Europeia e o FMI desprezam os mais velhos, tratam-nos como um fardo, quando a maioria trabalhou em duras condições, educou os filhos, criou riqueza para, em parte, ir para os bolsos dos parasitas que vivem da exploração. E querem cavar mais fundo nas pensões. Um dos argumentos da Troika, do Governo e do Capital, é que as pensões têm de se afastar mais dos salários, ou seja, argumentam que a taxa de substituição é muito elevada. Outra das manobras avançadas é a de aumentar o período contributivo para ter acesso a uma pensão completa, e falam em 66 anos. Assim, na idade legal de 65 anos, os trabalhadores seriam penalizados se pretendessem reformar-se. Por outras palavras, o que eles pretendem é reduzir ainda mais as pensões, e empobrecer brutalmente as pessoas quando já estão tão vulneráveis, nomeadamente por motivos de saúde, onde os encargos têm aumentado muito.

Os reformados e pensionistas têm que reagir fortemente, senão, não faltará muito, para que a sua pensão tenha um valor equivalente a metade. É para aí que estas políticas de empobrecimento nos querem conduzir. Há que rejeitar as políticas de austeridade anti-sociais e reaccionárias. É necessário continuar a lutar pela demissão do Governo PSD/CDS, e por um Governo com política de esquerda que respeite a Constituição da República, que desenvolva o País, que crie emprego e aumente os salários e pensões, e defenda as funções Sociais do Estado.

1º ENCONTRO DE APOSENTADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No dia 2013-06-05, realizou-se o 1º Encontro de Aposentados da Administração Pública, no Auditório do Montepio Geral em Lisboa. Por iniciativa da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública e sob o lema «Por uma aposentação digna, contra o roubo das pensões», visou preparar a resposta do movimento sindical ao ataque a que este governo tem submetido os direitos dos reformados e, em particular os aposentados da função pública, sobre os quais recaem novas e graves ameaças.

No Encontro, que lotou o auditório do Montepio, foi aprovada uma Resolução que contém as reivindicações dos trabalhadores aposentados. Em seguida, os participantes deslocaram-se em manifestação, sob a forma de cordão humano, até ao Ministério das Finanças, para onde foi remetida a Resolução.

Sobre este evento ver: <http://www.frentecomum.com/#!sobre-1/c1rjx> e ainda

<http://www.eugeniorosa.com/Sites/eugeniorosa.com/Documentos/2013/1-ENCONTRO-Aposentados.pdf>

AOS TRABALHADORES REFORMADOS! AOS QUE, EM BREVE, SE IRÃO REFORMAR!

Porque a reforma não é o fim de uma vida

Porque outros caminhos se vão abrir

Porque é urgente lutar contra quem nos quer empobrecer

Porque os direitos conquistados não podem ser destruídos

Porque não queremos esquecer amigos que o trabalho aproximou

Porque há muitas memórias para partilhar

Os 3,6 milhões de reformados, pensionistas e idosos do nosso país, têm sido alvo prioritário das políticas de direita prosseguidas por este Governo, através de cortes nas pensões e nos subsídios, aumento de impostos, invenção de novas contribuições, taxas e sobretaxas de solidariedade, sustentabilidade, etc.

CONTAMOS COM A VOSSA ADESÃO

Informações: Na sede do vosso Sindicato ou na sede da CGTP/IR-Nacional

R. Vitor Cordon, nº 1, 2º - 1249-102 Lisboa

Telefone: 213236654/213236660

Endereço de e-mail

Inter-reformados@cgtp.pt

Página na Internet

www.cgtp.pt/inter-reformados

A VIDA E A LUTA CONTINUAM!

A CGTP / Inter-Reformados Nacional apela a todos os trabalhadores já reformados, e também aos que estão perto de se reformarem, para que se mantenham ligados aos seus Sindicatos.

Com uma eventual quota mensal reduzida, beneficiam de direitos estatutários e podem participar nas diversas atividades da Comissão de Reformados do vosso Sindicato, Federação ou União.

- Atividades sócio-culturais, incluindo passeios e visitas guiadas a museus, exposições, teatros, e outros centros de interesse.
- Ações reivindicativas e de protesto, na defesa dos direitos dos trabalhadores reformados e das funções sociais do Estado, tão ameaçadas por desastrosas políticas de austeridade.
- Reaproximação de companheiros de trabalho, reforçando laços de partilha e solidariedade.
- E ainda atividades promovidas pela CGTP/Inter-Reformados, que congrega todas as Comissões de Reformados dos Sindicatos, Federações e Uniões.